

-----**ACTA N.º 14/2007**-----

-----Aos quatro dias do mês de Julho de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----O Senhor Vereador Hélder Bruno da Fonseca Gomes não esteve presente em virtude de estar a gozar um período de férias. -----

-----A reunião foi secretariada por, Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR - INFORMAÇÃO PRÉVIA:**-----

-----Requerente: Carlos Alberto Faria de Almeida -----
-----LIGA DOS COMBATENTES - PARTICIPAÇÃO CÍVICA E
SOLIDÁRIA COM OS COMBATENTES POR PORTUGAL; -----
-----RISCOBEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESPAÇO DO
MERCADO MUNICIPAL; -----
-----MAPA DE OBRAS PARTICULARES; -----
-----PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO - MARIA AMÉLIA RODRIGUES
AGOSTINHO DIAS. -----

-----I - APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES, ORDINÁRIA DE
DEZANOVE DE JUNHO E EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE
JUNHO DE DOIS MIL E SETE-----

-----Foram presentes as actas, número doze, da reunião ordinária de
dezanove de Junho e número treze, da reunião extraordinária de vinte e
cinco de Junho, ambas do ano de dois mil e sete, cujos textos foram
previamente distribuídos por todos os membros, para rectificação e
posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foram as mesmas aprovadas por
unanimidade. -----

-----II - JUNTA DE FREGUESIA DA RATOEIRA-----

-----ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO-----

-----Foi presente uma carta, subscrita pela Presidente da Junta de
Freguesia da Ratoeira, solicitando um apoio financeiro, para que a Junta de
Freguesia possa realizar uma manutenção exterior à igreja paroquial da
freguesia, designadamente, lavagem do telhado e da pedra e pintar duas
paredes. -----

-----Apresentam para o efeito, um orçamento no valor de 3 200€ e
solicitam uma ajuda de pelo menos metade, para que possam realizar a

obra, dado que a Junta de Freguesia não tem meios para suportar, na totalidade, esta despesa. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** informou que esta ajuda já tinha sido solicitada por outras Juntas de Freguesia e que a Autarquia, na medida das suas possibilidades financeiras, contribuiu para que este trabalho fosse sendo executado, por considerarem que é um património que deve ser preservado. -----

-----Atendendo, também, à estreita colaboração que tem existido entre as Juntas de Freguesia e a Autarquia na execução de diversos trabalhos, propõe que seja atribuído à Junta de Freguesia da Ratoeira, o valor de 1 500€, para a execução dos trabalhos de recuperação da igreja da freguesia. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro à Junta de Freguesia da Ratoeira, no valor de 1 500€, para participação nas obras de recuperação da igreja da freguesia.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Fernando Gonçalves Monteiro e António Monteiro**-----

-----Nos termos da alínea b), do n.º 1, do art. 44.º, do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador António Silva declaram-se impedidos e abandonaram a sala, não participando na discussão e aprovação da presente deliberação.-----

-----Face ao disposto no n.º 2, do art. 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, foi retirado da ordem de trabalhos o ponto supra referido, por não se encontrar na sala a maioria do número legal dos membros do Executivo, ficando agendado para a próxima reunião do Executivo.-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Svetlana Mikhailovina Diatchencko Alves**-----

-----Foi presente requerimento n.º 574, datado de vinte e um de Junho de dois mil e sete, em nome de Svetlana Mikhailovina Diatchencko Alves, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Misericórdia, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial número trezentos e oitenta e nove, por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser exigida licença de habitação.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local, verificando que o mesmo foi construído antes da publicação do RGEU. No entanto na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em 1970, o que não significa que a mesma não tenha sido efectivamente construída antes de 1951.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere foi construído antes da publicação do RGEU, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição da requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: José Sacarrão Requejo**-----

-----Foi presente requerimento n.º 603, datado de vinte e seis de Junho de dois mil e sete, em nome de José Sacarrão Requejo, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Escola, freguesia de Salgueirais, inscrito sob o artigo matricial número duzentos e trinta e seis, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das

Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art. 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de 1981. No entanto na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em 1983, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de 1981. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PROLONGAMENTO DA REDE ELÉCTRICA - RUA PRINCIPAL – CORTEGADA**-----

-----**Requerente: Transportes Rodo Celoricense** -----

-----Foi presente requerimento da firma supra identificada, solicitando um prolongamento da rede eléctrica, na Rua Principal, Cortegada, freguesia do Baraçal.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** informou que, em casos análogos, a autarquia solicita um orçamento para a ampliação de rede BT/IP, à EDP e posteriormente notifica o requerente para proceder ao pagamento do mesmo. -----

-----Para o caso concreto, a solicitação da ampliação de rede foi orçamentada, em 554,06€.-----

-----Atendendo ao facto de esta ampliação ter como finalidade a construção de um estaleiro que irá criar entre 10 a 15 postos de trabalho, representando investimento para o concelho, bem como, tendo em conta que se trata de uma importância não muito avultada, o **Senhor Presidente**

da **Câmara** propõe que a Autarquia pague, o montante orçamentado pela EDP, à firma Transportes Rodo Celoricense. -----

-----O **Senhor Vereador Rui Correia** corrobora da opinião do Senhor Presidente, uma vez que se trata de uma empresa que vai criar postos de trabalhos e a quantia orçamentada não é muito significativa.-----

-----Face ao exposto a **Câmara** deliberou, por unanimidade, que se proceda ao pagamento do orçamento n.º 537/2006, da EDP, referente à ampliação de rede BT/IP em Cortegada, junto à empresa de Transportes TRC, na freguesia do Baraçal, no montante de 554,06€ (quinhentos e cinquenta e quatro euros e seis cêntimos). -----

-----**IV - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DE COLOCAÇÃO DE CONTADOR** -----

-----**Requerente: Maria Fernanda Alves Nunes** -----

-----Foi presente requerimento, subscrito pela Senhora Maria Fernanda Alves Nunes, residente no Largo de S. Martinho, em Celorico da Beira, no qual solicitava isenção de pagamento de colocação de contador. -----

-----Para uma melhor análise do assunto, foi anexado processo familiar, realizado pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia, onde é relatada a situação sócio-económica da requerente e proposto o indeferimento da pretensão, tendo em consideração o disposto no Capítulo VII – Bonificações, art. 46.º, n.º 5 do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Sobre o assunto o **Senhor Vereador António Silva** considera que estes pedidos têm que passar a ser melhor fundamentados, para que haja uma maior transparência e possam ser aplicados critérios uniformes.-----

-----Concorda com o indeferimento proposto pelo Gabinete de Acção Social, uma vez que é evidente que está a haver, deliberadamente, por parte da requerente, omissão de rendimentos e bens. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido formulado pela requerente Maria Fernanda Alves Nunes, residente no Largo de S. Martinho, em Celorico da Beira, no qual solicitava isenção de pagamento de colocação de contador.**-----

-----**CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR –**
INFORMAÇÃO PRÉVIA: -----

-----**Requerente: Carlos Alberto Faria de Almeida** -----

----- Foi presente pedido de informação prévia em nome do Senhor Carlos Alberto Faria de Almeida, datado de vinte e um de Maio de dois mil e sete, sobre a construção de uma moradia unifamiliar, sita em Celorico-Gare. -----

-----Os Serviços Técnicos informam que o requerente pretende construir um bloco habitacional, com 5 apartamentos tipo T1 e 7 do tipo T2, que mantenha a mesma cêrcea e a mesma volumetria envolvente, dado que se trata do fecho de uma malha urbana, num terreno composto por uma área de 160.50 m² (armazém) e de 306.95 m² (logradouro), o que perfaz um total de 467.45 m², permitindo assim uma área de implantação de 210.35 m² e uma área de construção de 631.06 m² (r/chão e mais 2 pisos). -----

-----Após a análise do pedido em estudo, com a legislação em vigor, nomeadamente o PDM e o DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo DL n.º 177/01, de 04 de Junho, os Serviços Técnicos, informam que se trata de um espaço urbano onde é possível a construção residencial, podendo incluir construções industriais, cívicas ou turísticas para outros fins, desde que se verifiquem os parâmetros urbanísticos.-----

-----No caso concreto, referem ser possível a edificação de um bloco habitacional, desde que possua uma área de implantação de 210.35 m² e

uma construção que mantenha os alinhamentos, altura e volume, conforme o descrito no PDM. -----

-----**De acordo com a informação dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente, devendo dar cumprimento ao parecer técnico, emitido pela Divisão de Ambiente e Obras Particulares.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**LIGA DOS COMBATENTES - PARTICIPAÇÃO CÍVICA E SOLIDÁRIA COM OS COMBATENTES POR PORTUGAL**-----

-----Foi presente ofício da Liga dos Combatentes, dando conhecimento que irão incrementar alguns programas estruturantes entre os quais o Programa “Liga Solidária”, que visa a angariação de um fundo para os combatentes carenciados e a construção/adaptação de 4 edifícios para Lares de Combatentes, no Porto, Covilhã, Estremoz e Oliveira de Azeméis.

-----Para a concretização destes objectivos humanitários e patrióticos solicitam uma doação do Executivo Celoricense.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara ficou sensibilizado com a causa, contudo, referiu que a situação financeira da Autarquia, não permite, no momento, contribuir condignamente para a mesma.**-----

-----**RISCOBEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESPAÇO DO MERCADO MUNICIPAL**-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** deu conhecimento que a gerência da firma Riscobeira, Lda, com sede na Rua Sacadura Cabral, em Celorico da Beira, solicitou, através de ofício com data de 3 de Julho do corrente ano, a cedência do espaço do Mercado Municipal, para, no dia 4 de Agosto, realizar um churrasco para clientes e convidados da empresa, no decorrer

da inauguração do novo escritório, sito no Largo de S. Pedro, em Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento e desejou as maiores felicidades e prosperidade para a empresa.**-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** solicitou que seja comunicado à gerência da firma, que o recinto deverá ser devolvido limpo e nas condições em que foi encontrado, bem como deveriam ser acautelados, pelos serviços camarários, recipientes para a deposição de lixo no recinto, durante o evento.-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número oito, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo I**).-----

-----**PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO - MARIA AMÉLIA RODRIGUES AGOSTINHO DIAS**-----

-----Foi presente requerimento, datado de 13 de Abril de 2007, subscrito pela requerente Maria Amélia Rodrigues Dias, residente na freguesia da Velosa, no qual solicitou apoio financeiro para a realização de obras em sua casa. Informou que a natureza do pedido fica a dever-se ao facto de o agregado familiar não possuir condições financeiras suficientes, para fazer face às obras de adaptação da casa de banho existente, de forma a proporcionar melhores condições de vida para um dos seus filhos que é portador de uma deficiência motora (espinha bífida).-----

-----Para uma melhor análise do pedido, o Gabinete de Acção Social anexa processo familiar da requerente, onde é exposto o problema apresentado pelo agregado familiar, concluindo que os encargos na

adaptação da casa de banho são elevados para os rendimentos do casal e dada a incapacidade do menor, propõem a cedência do material, do qual anexam orçamento no valor de 1 706,46€ (mil setecentos e seis euros e quarenta e seis cêntimos).-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** disse ter ficado muito sensibilizado com a situação desta família e do menor em particular, e, na sua opinião, são casos como este que a autarquia deve apoiar incondicionalmente.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder o material para a adaptação da casa de banho da requerente Maria Amélia Rodrigues Dias, no valor de 1 706,46€ (mil setecentos e seis euros e quarenta e seis cêntimos).** -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezasseis horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----